



ESTADO DO PARANÁ
COMISSÃO ESTADUAL P2R2



12ª Reunião do GT Aquaviário

Data:	15 de junho de 2021			
Horário	Previsto	09h30min	Início	09h30min
Pauta:	<ul style="list-style-type: none">▪ Acesso a faixa portuária pelos órgãos em caso de emergência.▪ Andamento da atuação do IAT/BPAMB em caso de emergências.▪ Simulado APPA (PEI/PLANO DE ÁREA).▪ Informações para elaboração do Plano de Contingência da faixa portuária.			
Participantes:	Cel. Marco Ramos, AGEPAR; Maj. Nascimento, 1º Ten. Thyago Giamberardino, Corpo de Bombeiros; CEDEC; 2º Sgt. Hammes, CEDEC; José Carlos Salgado, IAT; José Joaquim Crachineski, IBAMA; Adinam Assunção, IBAMA; Andréa Almeida Lopes de Deus, APPA; Paulo Emmanuel, COMPDEC Paranaguá; Fábio Giannini, ANTAQ; Wilson Maia Júnior, COMPDEC Paranaguá; Ayrton Pontes, CREA/PR.			

ASSUNTOS ABORDADOS

Representante	Assunto
Sgt Hammes CEDEC	Iniciou cumprimentando os participantes solicitando envio de nome completo e instituição no chat da reunião. Destacou as informações disponíveis no site da Defesa Civil Estadual como ponto que reúne as Atas das reuniões, data das reuniões, legislação e outras informações pertinentes a CE-P2R2. Apresentou a pauta de assuntos para a reunião. Destacou a importância do envolvimento de todos os órgãos voltada a ações que impactam de forma efetiva a redução de riscos de acidentes, exemplificando gestões anteriores que contribuíram com a construção de novas áreas de escape na serra do mar.
Andrea	Em relação ao Plano de Área informou que foi enviado no mês de março ao IBAMA.
Joaquim	Informou que a análise do Plano está sendo coordenada por um representante do órgão no Rio Grande do Sul (modelagem), em paralelo o órgão encontra-se em fase de instrução de Termo de Referência para Planos de Área.
Hammes CEDEC	Informou da manutenção desta meta do acompanhamento da aprovação do Plano de Área (acompanhamento), podendo vir a permanecer como meta para o ano de 2022.
Andréa	Em relação a realização do simulado informou que na APPA os esforços encontram-se voltados a vacinação dos trabalhadores portuários, e há intenção de ser realizado mais no final do segundo semestre, ao menos o simulado de comunicação. Destacou que mesmo antes da aprovação do Plano de Área é importante a realização de treinamento e planejamento pois as emergência podem ocorrer sendo importante a realização de simulados.
Hammes CEDEC	Destacou a importância da realização do simulado, bem como a necessidade de realizar visita na faixa portuária pelos órgãos potencialmente envolvidos com atendimento de emergências, sendo pertinente sua realização durante a etapa de preparação do Plano de Contingência para ajuste de detalhes referente a eventual atendimento e logística.

Salgado	Posicionou que em virtude da pandemia não foi possível a continuidade de treinamento pelo IAT direcionado as equipes do BPAmb (conforme convênio), para os policiais do interior do Estado, sendo realizado anteriormente com os policiais que atuam em Curitiba e Região Metropolitana de Curitiba. Informou ainda que em virtude do treinamento ser previsto como presencial impede planejar data futura atualmente.
Hammes CEDEC	Posicionou que conforme reunião anterior foi realizado contato com estruturas federais, Gabinete de Segurança Institucional (GSI), através do Comandante Marcio Braga (marcio.souza@presidencia.gov.br), do Gabinete de Segurança Institucional em 16/10/2020, para verificar se havia planejamentos referente ao Porto – estrutura crítica, para evitar planejamentos divergentes ou concorrentes.
Hammes CEDEC	Complementou que o Comandante Marcio Braga informou via telefone que não havia planejamento específico para atendimento a acidentes.
Ramos AGEPAR	Informou que realizou contato com representante do CENAD (Amir Braun), bem como com o GSI/PR (Gabinete do Secretário Executivo), tendo como resposta dos citados órgãos que a competência para realização do planejamento cabe a APPA e complementarmente aos órgãos do Estado.
Hammes CEDEC	Expôs que conforme posicionamento do Sr. Cel. Ramos, foi realizado contato com a CESPORTOS (Sr. Vivone), tendo a resposta no mesmo sentido, de que a responsabilidade para elaboração de planejamento para atendimento a emergências cabe a APPA e complementarmente aos órgãos do Estado.
Andréa APPA	Informou que atualmente tem a base de prontidão em Paranaguá, que tanto o Porto Organizado de Panaguá quanto o de Antonina possuem PEI. Que no PEI do Porto de Paranaguá e no Plano de Área, possui hipótese acidental de vazamento de óleo combustível, semelhante ao acidente ocorrido com o Vicuña. Posicionou que em 2018 foi realizado simulado do PEI da APPA em conjunto com o do Plano de Área. A APPA foi a instalação emergenciada acionou o Plano de Área e que nessa ocasião participaram mais três signatários e o atendimento ocorreu com três empresas de prontidão ambiental, a intenção de realizar simulado especialmente quanto a comunicação, também devido as restrições enfrentadas no momento.
Joaquim IBAMA	Destacou que o PEI compõe o direcionamento a acidentes ambientais voltados ao óleo e que poderia ser pensado/contemplado outras situações envolvendo outros cenários.
Andréa APPA	Complementou que atualmente há disponível de plantão 2 ambulâncias dentro da faixa portuária, que atuou no último simulado do Plano de Ação de Emergência – PAE, que simulou vazamento de produto químico de fumigação com vítimas, inclusive, que há intenção da integração do pessoal do atendimento médico durante simulado de atendimento com produtos químicos perigosos, buscando evoluir na integração dos setores do porto.
Hammes CEDEC	Questionou se houve definição em relação a faixa de frequência de rádio para uso em caso de emergências na faixa portuária pela APPA.
Andréa APPA	Posicionou que não foi realizado ainda, mas que pretende ser retomado pois realmente já foi identificado essa necessidade durante realização de simulado

	anterior. Que verificaram a necessidade de um estudo para não ocorrer interferência de comunicação devido as várias faixas que operam na região.
Hammes CEDEC	Expôs pela manutenção da deliberação para APPA em relação ao estudo da faixa de frequência de rádio para uso em emergência. Destacou que o ponto “comunicação” é importante para integrar o Plano de Contingência.
Salgado IAT	Reforça que a Lei 9966/2000 trata sobre o controle e fiscalização do lançamento de óleo e outras substâncias nocivas. Acrescentou ainda que o Plano de Emergência Individual tem sua previsão nesta lei (art. 7°). Destacou que a integração de órgãos viabiliza um atendimento mais adequado quando das emergências.
Paulo	Destacou a importância da participação da Defesa Civil do município quando da realização dos treinamentos.
Salgado IAT	Abordou que pode ser importante a participação dos representantes da Defesa Civil do município de Antonina nos simulados bem como participar na elaboração do Plano de Contingência, pela questão de conhecimento do município e gestão local.
Hammes CEDEC	Destacou que o município tem sua responsabilidade frente a doutrina de proteção e defesa civil como proporcionar o primeiro atendimento como poder público local.
Hammes CEDEC	Retomou deliberação anterior referente a responsabilidade da APPA e dos órgãos frente ao eventual atendimento de acidentes.
Joaquim IBAMA	Ressaltou que quando do licenciamento das empresas são fixadas as condicionantes, e quando seus recursos não suficientes entrando em ação o Plano de Área de forma complementar. Quanto ao IBAMA há o NUPAEN – Núcleo de proteção e emergências individuais, e que uma vez acionado o órgão via SIEMA é destacado equipe para acompanhamento e atendimento.
Hammes CEDEC	Informou que o IBAMA já compartilhou seu fluxo de atendimento interno.
Salgado IAT	Destacou que um desafio é os vazamentos de “manchas órfãs”. Expôs e que a partir do momento que o órgãos ambiental é acionado e estão presentes na cena do acidente a função é fiscalizar e adotar as medidas de autuação e solicitação de providências.
Ayrton	Posicionou que o CREA pode contribuir em relação a fiscalização dos profissionais atrelados a responsabilidade técnica sobre estruturas de tanques, transportadores, silos graneleiros e outras estruturas que possuam responsabilidade técnica.
Hammes CEDEC	Expôs ao grupo como proposta a elaboração e reunião de informações referente a versão inicial do Plano de Contingência. Colocou a estrutura do CEGERD a disposição para conhecimento e visita a todos, compartilhou o contato do Plantão CEGERD (41) 3281-2513. Solicitou participação do representante da ANTAQ quanto a marco legal referente as atribuições dos entes junto a faixa portuária.
Fabio Giannini	Acrescentou que o normativo da ANTAQ, Resolução nº 2.239 está voltada a armazenagem, sendo regras de treinamento, segregação de áreas, tendo papel nos arrendamentos de áreas de armazenagem (atuação prévia e não contingencial).
Hammes CEDEC	Solicitou a contribuição dos órgãos ambientais referente a abordagem dos aspectos legais envolvendo emergências em faixa portuária.

Adinan	Posicionou que o regramento ocorre de acordo com definições da Agência Reguladora – ANTAQ, utilizados no licenciamento, e que sendo detectado desconformidade é realizado enquadramento conforme Decreto 6.514/2008.
Hammes CEDEC	Acrescentou que essas informações irão compor a versão inicial do Plano de Contingência, estando a CEDEC como responsável por elaborar os aspectos iniciais de: definições, objetivos, revisão, sequência de atendimento, ações operacionais, fluxograma geral para atendimento de ocorrências, verificar junto ao Corpo de Bombeiros o fluxograma de atendimento do primeiro respondedor e necessidade de materiais/equipamentos para o primeiro respondedor.
Paulo	Questionou em relação a participação da Marinha do Brasil. Posicionou que pode realizar contato com representante da Capitania dos portos viabilizando a participação.
Ramos	Posicionou que pode ser avaliado a possibilidade de ser integrado os outros grupos de atenção a balsa de acesso a ilha bem como de atenção as ações da balsa de acesso a Guaratuba, com finalidade de integração de ações.
Hammes CEDEC	Informou que pode ser verificado os trabalhos em andamento (finalidade) com objetivo de verificar quanto a integração de informações e esforços.
Salgado IAT	Destacou a importância de se ter contatos que sejam no Estado do Paraná, com objetivo de agilizar os atendimentos.
Hammes CEDEC	Informou que essa estruturação do fluxo de acionamento é importante, e que devemos atentar a informação chegar ao município. Solicitou o envio das informações solicitadas a CEDEC antes da próxima reunião em 19 de outubro 2021, em que será apresentada a versão inicial deste Plano. Informou que deve ser idealizado metas a serem discutidas e deliberadas para o próximo ano – 2022.
Salgado IAT	Destacou que a Marinha do Brasil, nos acidentes ambientais envolvendo óleo na água, pode ter atuação como órgão ambiental, e que a participação é muito importante.
Hammes CEDEC	Finalizou a reunião as 11h30min.

DELIBERAÇÕES

1. **APPA** - Andréa, verificar quanto ao estudo para analisar faixa de frequência (uso de rádio ou celular) em situações de emergência portuária.
2. **APPA** - Andréa, irá informar a data em que será realizado simulado;
3. **ANTAQ**, na pessoa do Sr. Fábio Giannini, encaminhará a CEDEC a fim de compor o Plano de Contingência do modal referências legais, e peculiaridades do transporte de PP no modal.
4. **IAT** , na pessoa do Sr. Salgado, informará a CEDEC quanto ao treinamento a ser realizado para o efetivo do Batalhão da Polícia Ambiental do Litoral.
5. **IAT** , na pessoa do Sr. Salgado, informará o fluxograma de ações para atendimento do IAT
6. **IAT** , na pessoa do Sr. Salgado, com auxílio da CEDEC irá contatar os COMPDEC's de Paranaguá e Antonina – verificar viabilidade de participação em treinamento em conjunto com BPamb / acidentes ambientes.
7. **CEDEC**, na pessoa do Sgt. Hammes irá contatar os Coordenadores Municipais de Proteção e Defesa Civil dos municípios de Antonina e Paranaguá, para participar deste Grupo de Trabalho e elaboração do Plano de Contingência.

8. **CEDEC**, na pessoa do Sgt. Hammes irá acolhimento das informações, dos órgãos desse GT, para a elaborar versão inicial do Plano de Contingência Modal Aquaviário/Faixa Portuária.
9. **CEDEC**, na pessoa do Sgt. Hammes irá realizar na próxima reunião a versão inicial do Plano de Contingência, com reunião das informações recebidas conforme definido.
10. A **COMPDEC** Paranaguá, na pessoa do Sr. Paulo, irá verificar junto a Marinha do Brasil contato para que possa participar junto a CE-P2R2 (GT Aquaviário).
11. **CEDEC**, na pessoa do Sgt. Hammes irá Oficiar a Capitania dos Portos em nome da CE-P2R2/CEDEC, solicitando indicação de participante na CE-P2R2 (GT Aquaviário);
12. **APPA**, na pessoa da Sra. Andréa, irá enviar o fluxograma de atendimento a emergências da APPA, bem como enviar a caracterização dos cenários presentes no Plano de Área.
13. **TODOS**, encaminhar informações quanto ao Plano de Continência à CEDEC para finalização da versão inicial do Plano de Contingência do modal Aquaviário, antes da próxima reunião.
14. **TODOS**, avaliar propostas de metas para o ano de 2022.

PAUTA DA PRÓXIMA REUNIÃO

- Continuação do desenvolvimento do protocolo de atendimento a emergências;
- Acesso a faixa portuária pelos órgãos em caso de emergência;
- Andamento da atuação do IAT/PMPR em caso de emergências (capacitação BPamb);
- Simulado APPA;

DATA E LOCAL DA PRÓXIMA REUNIÃO

Data: 19 de outubro de 2021

Horário: 09h30min

Local: meeting

Endereço: meeting

Marco Antonio Ramos,
AGEPAR

1º Ten. Thyago Giamberardino,
Corpo de Bombeiros

2º Sgt. Rogério Marcos de Souza Hammes,
CEDEC

Ayrton Pontes,
CREA/PR.

José Carlos Salgado,
IAT

Maj. Murilo Cezar Nascimento

José Joaquim Crachineski,
IBAMA

Adinan Soares de Assunção,
IBAMA

Andréa Almeida Lopes de Deus,
APPA

Paulo Emmanuel Nascimento Júnior,
COMPDEC Paranaguá

CEDEC

Fábio Giannini,
ANTAQ

Wilson Maia Júnior,
COMPDEC Paranaguá